

A Frente dos Municípios vai agir. Com os "caipiras".

Não se pode deixar escapar a oportunidade. Nas últimas eleições, São Paulo conseguiu uma representação de parlamentares basicamente saídos do Interior. "Nossa bancada é caipira. Tivemos na prática uma espécie de voto distrital. Os candidatos do Interior tiveram uma representação concentrada e conseguiram se eleger. Por isso, este é o momento de abrir espaço para o município, na elaboração da nova Constituição."

O raciocínio é do advogado Adilson Abreu Dallari, especialista em Direito Administrativo e presidente da comissão especial de teses do 30º Congresso Estadual de Municípios, que vem sendo realizado no Palácio das Convenções no Anhembi. Ao defender um espaço maior para o município, ele não defendeu uma proposta sua, mas de todos os participantes do congresso, que estão pensando até mesmo articular um **lobby** municipalista para atuar junto aos constituintes.

"Acho isso altamente viável, porque os municípios estão muito articulados com a criação da Frente Municipalista", comentou.

Outra tese que poderá ser encaminhada para a Constituinte é a da necessidade de se eleger mais um senador, representando o município. "O senador atualmente representa o Estado. E há muita gente que entende que o município poderia estar também representado."

A queixa de Adilson Abreu Dallari: atualmente, a Constituição determina que o município tenha uma série de atribuições, mas incompatíveis com sua renda. "O que adianta o papel permitir mas os prefeitos não disporem de recursos?" Segundo ele, a existência desse "divórcio" entre atribuições e recursos causa uma dependência política do município, "explícita apenas numa ditadura".

Reforma

A reforma tributária tem sido reivindicada há muito tempo pelos prefeitos. Dallari lembrou que pela Constituição vigente os municípios ficam com a parcela menor e com os piores tributos. Do ICM, apenas 20% ficam com o município. As outras fontes de arrecadação — como o ISS, com pequeno número de prestadores de serviço, e o IPTU, que é um tributo que está sempre defasado, segundo Dalla-

ri — beneficiam muito pouco os municípios.

O pior é que a situação tributária municipal corre o risco de ser mantida, no caso de permanecerem em vigor na nova Carta alguns dispositivos do anteprojeto preparado por Afonso Arinos — conforme análise de outro especialista em direito administrativo. Toshio Mukai que está participando do Congresso Estadual de Municípios. "Na distribuição de rendas tributárias, o anteprojeto mantém o mesmo sistema atual de destinar parcelas de imposto de pouco peso financeiro aos municípios."

Ele alertou para o artigo 143 do anteprojeto de Afonso Arinos, que prevê a distribuição de 17% da arrecadação do IR ao Fundo de Participação dos Municípios. "Não existe qualquer previsão de distribuir o produto da arrecadação do IPI, que volta a denominar-se Imposto de Consumo. Atualmente, a Constituição prevê a distribuição de 17% da arrecadação do IR e do IPI aos municípios. Se a nova proposta for adotada, haverá uma diminuição substancial na receita municipal", disse.

Outro exemplo de enfraquecimento da situação do município no anteprojeto de Afonso Arinos, segundo Toshio Mukai, é o fato de se propor competência comum à União, Estado e município em apenas 9 matérias. Outro artigo dá competência à União e ao Estado (excluindo o município) em 27 matérias. Entre elas encontram-se: direito financeiro, direito tributário e orçamento, direito agrário, direito do trânsito, direito urbanístico, direito econômico e várias outras.

O congresso que termina hoje à noite, com a participação do governador Orestes Quéricia, articulador da Frente Municipalista, deverá ter também uma carta de conclusões. Por enquanto, os assuntos que mais têm interessado os prefeitos, vereadores e outros participantes do congresso, segundo Dallari — que está coordenando as teses apresentadas — são questões ligadas às finanças e autonomia do município. Mas cresceu também a preocupação com a ecologia, a preservação do meio ambiente e diminuiu a atenção com a segurança pública. "Em outros congressos houve até propostas de pena de morte. No atual, segurança foi um assunto de menor destaque", disse ele.

vera Dantas